



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA
40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo [AT]

ESTADO PORTUGUÊS E A COMUNICAÇÃO COM OS IMIGRANTES. BOLETIM INFORMATIVO (BI) (2002-2007)

DIAS, Rafael de Almeida Serra
Doutorando em História,
IUL-ISCTE, bolseiro CAPES,
r_asd@hotmail.com

Resumo

Portugal durante muitos anos foi um país emissor de imigrantes para o mundo. Entretanto essa situação, após o 25 de abril de 1974, mudou radicalmente e desde então passou a ser um país receptor de imigrantes. Durante as décadas de 1980 e 1990 as suas ex-colônias Brasil, Angola, Moçambique e Cabo Verde foram as principais fontes de imigrantes para o país. Entretanto durante a década de 2000 a Ucrânia e a Romênia começaram um novo grande fluxo. O Estado português teve uma série de atitudes diferentes em relação a essas migrações em 26 de Janeiro de 1996 foi criado pelo decreto-lei nº8 – A/1996 um órgão destinado exclusivamente aos imigrantes, chamado de Alto Comissariado para Imigração e Minorias Éticas (ACIME). Em 2002 este órgão começou a produzir uma revista mensal com uma tiragem de 4 mil exemplares, voltada para informar os imigrantes, chamado Boletim Informativo (BI). Esta comunicação pretende analisar este meio impresso produzido pelo Estado português, ao longo de 55 edições produzidas de 2002 a 2007, para entender como foram traçadas estratégias, projectos e as visões do governo em relação aos imigrantes em Portugal. O Estado da Arte dos estudos sobre as migrações demonstram vários momentos conflituosos, envolvendo racismo e discriminação entre a Sociedade Portuguesa e os imigrantes, aqui busca-se perceber como por meio do Boletim Informativo, o governo português atuou nestas questões.

Abstract

During several years Portugal was a issuer of immigrants to the world. However this situation changes drastically after after April 25th of 1974, when It has become a receiving country of immigrants. During the 1980s and 1990s Portuguese former colonies Brazil, Angola, Mozambique and Cape Verde were the main sources of immigrants to the country. However during the 2000s Ukraine and Romania began a new large flow. The Portuguese State had a lot of different attitudes towards these migrations. On January 26th, 1996 was created by Decree Law N°. 8 -A/1996 an organ intended only to immigrants, called the High Commissioner for Immigration and Ethic Minorities (ACIME) . In 2002 this organ began producing a monthly magazine with a circulation of 4000 copies, geared to inform migrants. This magazine was called Boletim Infromativo (BI). This Communication aims to analyze this Printed media manufactured by the Portuguese State, as over 55 editions produced from 2002 to 2007 and understand how were traced strategies, projects and visions of the government towards immigrants in Portugal. The State of the Art of the studies on migration illustrate various troubled moments involving racism and discrimination between the Portuguese society and the immigrants, and we seek to understand how through the Boletim Informativo, the Portuguese government acted on these issues.

Palavras-chave: ACIME; Boletim Informativo; Imigração; Imprensa; Imigração em Portugal.

Keywords: ACIME; Boletim Informativo; Immigration, Press; Immigration in Portugal.

COM0136

A posição portuguesa, que me coube apresentar, é a de encarar a imigração como um factor positivo para Portugal, desde que legalmente enquadrada na nossa lei da imigração e no quadro das oportunidades de trabalho definidas no respectivo relatório." (B.I. n.12, Novembro de 2003, p.3)

Este texto pretende explorar as ações do órgão estatal português *Alto Comissariado para Imigração e Minorias Éticas (A.C.I.M.E.)* que mudou seu nome para *Alto Comissariado para Imigrações e Dialogo Intercultural A.C.I.D.I.* e foi criado para trabalhar com os imigrantes agiu durante este período, por meio do *Boletim Informativo*. Atribui-se a este órgão português uma importância crucial no tema da integração dos imigrantes, isso devido a sua especialidade de ser um organismo estatal voltado só para este fim. Por exemplo, não se nega a importância do *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (S.E.F.)* em relação aos imigrantes, entretanto existem outras atribuições deste órgão que não estão diretamente ligadas aos imigrantes, no que toca a fiscalização das fronteiras em relação a entrada de produtos legais ou ilegais. Enquanto o *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* foi exclusivamente criado para tratar dos imigrantes, especialmente na tentativa de integrá-los a sociedade portuguesa.

Claro que antes da sua criação, o governo português já tinha preocupações e atenções relacionadas a imigração, não se nega isso. Mas destaca-se que a sua criação em 1996 foi muito importante, pois passou a dar um novo *status* para a questão, na agenda pública portuguesa, quando deu importância de secretaria de Estado para tal órgão. E ainda, enfatizamos um segundo momento, quando o *A.C.I.M.E.* escolheu realizar, enquanto órgão público, uma maneira de divulgar as suas ações voltadas para a imigração e para a sociedade.

A produção de um meio impresso como o *Boletim Informativo* voltado para a população em geral, contendo as suas ações e propostas. Propomos a interpretação de que o *B.I.* e a maneira como ele foi produzido, também serviu como tentativa de legitimar as ações do Estado nesta área. Para alargar a interpretação sobre o órgão *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* também analisaremos as publicações editadas por eles em formas de livros ou revistas acadêmicas. A legislação portuguesa relacionada a imigração também vai ser abordada, bem como outras medidas ou textos podem ser utilizados nesta investigação.

Legislação sobre os imigrantes em Portugal

Com esta motivação, apresentaremos primeiro uma introdução sobre as questões legais da imigração e do estado Português ao longo deste período anterior a criação do Alto Comissariado para aumentar os instrumentos de análise e também historicizar como foi a evolução desta questão na sociedade portuguesa. A legislação portuguesa sobre nacionalidade sofreu modificação importante em 1981 quando alterou o princípio de *ius soli* (ligado ao território) para o *ius sanguini* (ligado ao sangue) para alguns autores como Policarpio (2010) e Pires (2009) essa medida foi motivada pelo controle da entrada de pessoas das ex-colônias portuguesas. Esta legislação continuará durante longos anos.

De acordo com Santos (2010), só na década 1990 as leis de imigração vão mudar e em função da participação de Portugal na CCE, as exigências de uma agenda de propostas sobre a circulação e imigração dentro do espaço comunitário europeu, que deram origem ao acordo *Schengen*. Em Portugal houve durante a década de 1990, uma série de leis sobre este tema houve sempre um debate em torno desta legislação principalmente entre as associações de imigrantes e o Partido Socialista (PS). Muitos estudiosos vão destacar, como fez João Carvalho o período XII Governo da República como:

Apesar da adoção de um discurso de “imigração-zero”, o executivo Social-democrata demonstrou uma forte tolerância perante o fluxo migratório irregular proveniente de países lusófonos, indiciando a primazia de objectivos derivados da política externa do Estado português em conjunto com o desejo de providenciar mão-de-obra desqualificada para o mercado laboral nacional. p.41.

Esta visão aborda a questão de uma maneira mais economicista, enquanto que para outros autores como Baganha (2001) defende que o Decreto-Lei n.59/93 legislação promovida pelo Primeiro Ministro Cavaco Silva, surgiu como uma “discriminação positiva” quando se criou um carácter especial de facilidades, em

relação a situação de legalização dos imigrantes em Portugal oriundos dos chamados *P.A.L.O.P.'s* (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e do Brasil.

Tal diferenciação positiva, defendida pela autora, acabou acompanhando os sucessivos governos constitucionais independente da filiação partidária, o que sugere como a questão do luso-tropicalismo do Estado Novo perpassa de alguma maneira o debate político em torno da imigração para Portugal, durante este período de democratização no país. Outros autores vão defender que na verdade, essa escolha por facilidades na entrada dos imigrantes oriundos das antigas colónias portuguesas, foi uma forma de garantir o fluxo de mão-de-obra desqualificada para economia portuguesa. (CARVALHO, 2009)

Em 26 de Janeiro de 1996 foi criado pelo decreto-lei nº8 – A/1996 um órgão destinado exclusivamente aos imigrantes, chamado de *Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (A.C.I.M.E.)*. Uma análise crítica da sua proposta foi elaborada por Pires (2010b) ao exemplificar as suas várias funções seriam: “entre elas destaca-se a promoção do conhecimento e da aceitação dos valores morais e culturais portugueses como uma condição de uma integração bem-sucedida (...) É nitidamente uma orientação nacionalista e proteccionista dos interesses da nação e sua identidade” Este tipo de condição impositiva ao imigrante demonstra como as identidades foram disputadas das mais diversas formas no período.

O partido Socialista, como foi dito, esteve em grande diálogo com as associações imigrantes, especialmente o deputado José Leitão, na altura numa posição oposicionista. Esta dedicação a esta causa, provavelmente lhe valeu a nomeação pelo presidente socialista António Guterres para ser o Alto-comissário para Imigração e Minorias Étnicas. Em entrevista a revista Lusofonia publicada em julho de 1996 Leitão explicou as funções do seu cargo:

Alto-comissário- “A criação do cargo parte do princípio de que é necessário haver um órgão catalisador das intervenções dos diferentes departamentos governamentais cuja política tem a ver com os imigrantes e as minorias étnicas para que não haja acções pontuais, mas uma política integrada”.

Social- “O Alto-Comissário não tem poder legislativo, mas desenvolve uma certa provedoria social”

Fortaleza- “Rejeito a ideia de Portugal fortaleza. A prioridade do Alto-Comissário é que as pessoas tenham condições harmoniosas de integração na sociedade portuguesa”

Virtude- Um Alto-Comissário na dependência directa do Primeiro-Ministro tem a virtualidade de ultrapassar as limitações da competência sectorial de uma secretaria de Estado, que está sempre incluída num Ministério. As questões com minorias têm a ver com actividade de vários ministérios. Foi essa a razão dessa opção. (Lusofonia, nº 1 julho dde 1996, p.23)

Na entrevista José Leitão destaca as vantagens com a criação do *A.C.I.M.E.*, as trocas de governo nunca representaram a extinção do órgão. Houve sim, sucessivas alterações, na estrutura e na ação do Alto Comissariado, conforme os novos governos assumiam o poder. Corroborando a tese defendida que a imigração foi um tema importante e de que o *A.C.I.M.E.* teve uma participação muito ativa e reconhecida na sociedade portuguesa. Não existem análises académicas longas sobre a história do *A.C.I.M.E.* enquanto instituição pública interveniente na realidade social e sobre as suas ações na vida social portuguesa. Uma exceção foi o trabalho mencionado de Pires e que mesmo este teve como objetivo principal a política migratória portuguesa no geral, mas apesar disso aborda elementos importantes sobre o *A.C.I.M.E.*.

Foi publicada uma série de materiais impressos por este órgão, dentre eles destacam a revista *Boletim Informativo (B.I.)* e também uma série de estudos académicos relativos ao tema das migrações. A publicação *B.I.* foi fruto de uma opção, de uma grupo enquanto representantes do *A.C.I.M.E.*, dentre a interpretações para o nome desta revista destaca-se a sua relação direta com o documento de identificação nacional português, chamado de Bilhete de Identidade, que era abreviado pela população em geral como *B.I.*. Ter esse documento significava, estar integrado a todos os serviços do estado social português e foi visto principalmente pelos imigrantes das antigas colónias portuguesas como uma grande realização a ser alcançada.

Em maio de 2007 o governo português alterou o *A.C.I.M.E.* por meio do Decreto-Lei nº 167/2007, de 3 de Maio. Criou-se o *Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural*, I. P. (*A.C.I.D.I.*) como um instituto público, subindo de importância na estrutura Estatal. Segundo Pires houve uma grande fusão de órgãos governamentais, entre *A.C.I.M.E.*, o *Programa Escolhas*, *Missão para o Diálogo com as religiões e do Secretariado de Entreculturas*. Esta mudança, também fortaleceu a escolha pelo recorte temporal defendido na tese balizada no ano de 2007.

Boletim Informativo projeto editorial

Como já foi referido, ao estudar um meio impresso como fonte e como objeto de pesquisa temos que analisar amplamente sua forma e conteúdo. Em função disso vamos detalhar algumas questões sobre o Boletim Informativo para perceber a sua relação com o Governo e com a sociedade portuguesa. A primeira publicação do *A.C.I.M.E.* teve essa relação entre as edições e os exemplares neste período esta na tabela abaixo:

Edições	1-6	7-12	13-24	25-39	40-46	47-50	51-55
Exemplares	3 mil	4 mil	4,5 mil	5 mil	6 mil	8 mil	6 mil

Tabela 1 - Fonte: Boletim Informativo, edições 1 - 55 Outubro de 2002 – Dezembro de 2007

Destacamos desde já a alta tiragem do *Boletim Informativo*, demonstrando que este meio impresso foi considerado dentro *A.C.I.M.E.* e do governo como algo importante, uma vez que suas tiragens altas representavam um custo alto, mas que dentro das prioridades do órgão eram justificadas essa despesa e até mesmo em alguns momentos houve um aumento dessa tiragem. Na segunda página no verso da capa, havia o espaço do *Editorial*. Nunca houve um sumário, as matérias e seções da revista sempre estiveram livres, entretanto isto não significou que não houvesse um projeto editorial, pelo contrário podemos caracterizar as mudanças e permanências da publicação mesmo sem o seu sumário.

Após ao *Editorial*, entre a edição 4 até a 26 houve uma seção chamada *Nacional*, estas duas serão analisadas mais detalhadamente a seguir. Após este espaço, destinado às opiniões do governo, seguia-se uma seção chamada *Breves* nela as mais variadas notícias vinham acompanhadas em sua maioria de um pequeno texto, durante os primeiros 25 números ininterruptos esta seção existiu. Saiu da revista enquanto seção, porém a disposição da revista e a maneira de tratar os assuntos continuou a mesma, apesar da troca do nome a forma e o conteúdo permaneceu a igual.

Visualmente o *layout* da revista não mudou, apenas houve a retirada do nome *Breves*. Este voltou na edição 47, quando a revista passou por uma grande transformação gráfica, renovando praticamente toda a sua disposição dos textos e diagramação. Na última página houve sempre um espaço destinado a pequenas resenhas, que durante um período chamou-se Edição, depois foi retirado este nome mais continuou com a mesma função na revista e na reestruturação passada no número 47 ganhou o nome de *Cultura*. Nesta última página também existe o expediente da edição seguido do número de exemplares publicados.

Outros dois espaços privilegiados da revista foram as seções *Entrevistas* e *Opinião*, locais onde a interlocução com a sociedade tinha seu espaço. Em relação as *Entrevistas* foram 40 ao longo dos 55 números estudados e na seção *Opinião* foram 45 em 55 números. Os mais diversos atores foram “ouvidos nestas seções” este espaço foi explorado neste estudo, para destacar com quem o *B.I.* dialoga mais e perceber as diferenças entre opinião e entrevista.

A Universidade portuguesa e seus grandes estudiosos tiveram um destaque muito importante dentro das páginas do *Boletim Informativo*. Este aspecto é muito importante, no sentido de legitimação da ação estatal

baseada nas pesquisas dos professores universitários. Mas por outro também temos que considerar a importância do *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* enquanto editora e como isso influenciava a participação dos pesquisadores na hora de escreverem para o *B.I.*, pois como foi mencionado, além do *B.I.*, houve uma série de publicações acadêmicas editadas pelo *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.*

As publicações editadas foram lançadas com as seguintes denominações: *Colecção Estudos O.I.*, com 25 obras publicadas de Maio de 2003 a Dezembro de 2007; *Colecção Teses*, com 14 obras publicadas de Setembro de 2005 a Novembro de 2007; *Colecção Comunidades*, uma obra; *Revista migrações*, uma obra; *Cadernos O.I.*, uma obra. Em relação a estas três últimas citadas, houve nos anos seguintes a 2007 um aumento significativo das obras publicadas nestas coleções, apontando para uma tese, de que com a troca do nome e de poder o *A.C.I.D.I.* ampliou muito suas funções e ações na sociedade portuguesa.

Fazendo o cruzamento de dados e levando em conta como autores os orientadores das teses, estabelecemos uma teia de relações entre escrever no *Boletim Informativo* e ter livros publicados pelo *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* ou no *Observatório da Imigração*. Foram mais de 35% dos casos onde houve esta ligação. Este dado reforça a ideia defendida no Estado da Arte de que existem poucos embates entre os estudiosos das migrações em Portugal. Outro dado importante a ser considerado sobre estas constatações foi a importância que essas coleções do *O.I.* tiveram na academia portuguesa, ao publicar um tema marginalizado pelas editoras comerciais.

Essas ligações e redes dos intelectuais podem ser muito exploradas num estudo futuro. Mas como o interesse desta tese não é este, ressaltamos aqui a importante legitimidade que o *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* procurou na academia. E depois também destacamos que outra consequência desta relação foi a utilização da academia para conseguir um espaço para a publicação dos seus estudos e dos seus orientandos.

Outro espaço importante construído pelo *B.I.* para dialogar com a sociedade portuguesa foi a seção, *Recortes imprensa*, em que trechos de jornais ou revistas eram reproduzidos nas páginas do *Boletim Informativo*. Este foi apenas uma reprodução do que saiu na revista, sem nenhum comentário ou destaque, só com o trecho, a data e o local onde foi produzido. Este segmento circulou apenas oito vezes, repercutindo assuntos sobre imigração, adaptação de imigrantes, aprendizado da língua portuguesa, remessas de imigrantes, propaganda das ações do *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* entre outros temas. Por exemplo, a situação em outros países como neste trecho:

"Estamos num buraco, não temos para onde ir"

Várias centenas de imigrantes africanos, que afirmam ter sido deportados à força pelas forças de segurança marroquinas depois de terem tentado entrar em Espanha clandestinamente pelo enclave de Melilla, definharam durante dias em pleno deserto sem água nem comida, muitas vezes feridos, próximo da pequena aldeia de El Aouina-Souatar, na fronteira entre Marrocos e a Argélia, constatou um fotógrafo da Agência France Press (AFP) Ontem as mesmas forças que o levaram começaram a transportá-los de regresso, segundo testemunhou um elemento da agência de notícias espanhola EFE.

Imigrantes vindos do Mali, dos Camarões, da Nigéria, da Gâmbia, do Senegal, da Costa do Marfim e da Guiné afirmam ter sido para ali levados em autocarros, durante a noite, há cerca de uma semana e abandonados à sua sorte. Estamos num buraco. Não sabemos para onde ir. As mulheres estão doentes. A Argélia não nos deixa entrar e a primeira cidade marroquina está a 500 quilómetros" conta Koné Siaka, de 31 anos, vindo do Mali. "Por piedade, avisem a ONU, a OUA e a União Europeia. Vamos morrer", suplica. Depois suspira: "Tenho vergonha de África". Perto três guineenses que sofrem de malária jazem na areia. " Já não mexem. Parece que vão morrer, conta o fotógrafo da AFP. Este grupo de refugiados (pelo menos 500) foi descoberto por um grupo de Médicos Sem Fronteiras. Jornal Notícias, 9-10-2005(B.I. n.34, novembro-dezembro, 2005, p.11)

Este trecho foi seguido de uma série de outros recortes extraídos de jornais e revistas que retrataram os acontecimentos em Ceuta e Melilla envolvendo os imigrantes e os desrespeitos aos Direitos Humanos. A

escolha do tema desta seção não foi sempre internacional ou nacional ele variou diversas vezes, na edição 31 houve uma utilização contundente *B.I.*, em relação ao evento chamado “arrastão de Carcavelos”. Foram cinco recortes de diferentes jornais, desmentindo o ocorrido e culpando a televisão, por ter criado a notícia fantasiosa em relação a proporção do incidente e bem como ele foi retratado.

Não se pode analisar esta seção de forma ingênua, estes recortes são muito importantes para entender motivações dos editores, ou melhor aqueles assuntos que são mais relevantes no entendimento deles. Pois em todos os casos a escolha de outros trechos traria outros significados as mesmas notícias, por isso “recortar” é tão parcial quando escrever a própria notícia. Com esta premissa, destacamos que tais escolhas podem ser interpretadas como dar visibilidade maior a temas e/ou assuntos que talvez tenham sido marginais na imprensa. Mas também possibilita pensar que ao incentivar o diálogo com a imprensa, por meio do recorte selecionado de algumas questões, seria mais uma maneira de legitimação, da ação do órgão estatal na sociedade, agora ancorando às suas atividades nas notícias vinculadas pelos meios de comunicação.

Tal proposta editorial, de selecionar trechos de notícias não perdurou por muito tempo, assim como a maioria das tentativas de seções realizadas no *Boletim Informativo*, não tiveram continuidade, além das *entrevistas* e *opinião* já abordadas. Os espaços que tiveram maior continuidade no *B.I.*, foram os editoriais que em todos as 55 edições estiveram presente e a coluna Nacional que existiu durante 22 edições, agora será feita uma análise mais detalhada destes dois espaços e seus autores, justamente devida essa importância.

Editoriais e coluna Nacional

Os editoriais do *B.I.* foram assinados pelo mais alto cargo dentro do *A.C.I.M.E.* na figura do *Alto-comissário para Imigração e Minorias*. Durante o período analisado foram dois. O Padre António Vaz Pinto, S.J durante três anos esteve a frente de 31 editoriais, enquanto que Rui Marques ficou responsável a partir da edição 32 até o fim do nosso recorte temporal em dezembro de 2007. No verso da capa a página número dois foi sempre destinada ao *Editorial*, além do texto existiu sempre uma pequena foto do então Alto-comissário acompanhando o texto do editorial, que por vezes variou de local, mais a esquerda ou a direita, em cima ou em baixo. Em relação ao tamanho do texto este também variou de acordo com o tema e com os assuntos tratados no número, ora textos longos, ora sucintos. Estas alterações serão posteriormente detalhadas, levando em conta a sua problematização para melhor interpretar os assuntos candentes e não só, os silêncios editoriais também são muito importantes na pesquisa histórica.

Como já foi mencionado o estudo de um meio impresso tem que abranger o seu conteúdo, mas também a sua forma, pois ele é constituído dessas duas condições, deixar uma delas de lado transforma qualquer análise histórica em algo menor, pois não aborda o objeto de estudo no seu todo. O editorial é o lugar mais importante para perceber as intenções e motivações do(s) maior(es) responsável(is) pelo meio de comunicação. Neste espaço do editorial, podemos perceber qual de todos os temas, foi mais importante ou qual assunto entre todos os publicados, busca-se um diálogo direto com o leitor.

Porque neste espaço do editorial existe um reforço ou uma visão diferente da que estão nas matérias ou mesmo da capa. Por isso, tantos estudos (Lemos, 2006, De Luca 2008, Cruz, 2009) destacam a interpretação dos editoriais como fundamental para a análise de um meio de comunicação. Exatamente por concordar com estes critérios, foram lidos todos os editoriais e muitos deles serão explorados no decorrer deste estudo, neste capítulo e posteriormente também.

A única vez que não houve editorial, no *Boletim Informativo* foi na edição número 3 de dezembro de 2002, quando no espaço onde havia o editorial, houve uma substituição por um texto assinado pelo então Primeiro-ministro Durão Barroso. Apesar de não ter o nome de editorial, este texto apresentado no mesmo lugar e ainda mais pelo mais alto cargo do Estado Português. Foi considerado neste trabalho como sendo o editorial do número três. Além disso, este editorial surge como o de maior prestígio visto que foi assinado pela maior poder executivo estatal e único, pois não houve a participação de outro Primeiro-ministro dentro do *Boletim Informativo*.

Por isso mesmo destaco que as palavras utilizadas pelo Primeiro-ministro não foram ingênuas ou tão pouco sem reflexão, pelo contrário, parto justamente da premissa que este trecho, ao contrário de uma entrevista publicada num jornal ou revista que é editada muitas vezes sem o consentimento do entrevistado. Neste trecho temos exatamente a mensagem que o Primeiro-ministro escreveu. Portanto resume a opinião do governo em relação a temática:

Estamos também convictos de que só é possível criar condições para uma integração efectiva dos imigrantes regulando os fluxos migratórios. Trata-se de uma condição essencial para manter o equilíbrio do tecido social e evitar movimentos de contestação a que, infelizmente assistimos noutros países.

Ao longo do difícil ano de 2002 demos já mostras de uma nova atitude neste domínio. Assumindo um comportamento proactivo, antecipando dificuldade, avançando programas, criando estruturas para dar respostas aos problemas de quem nos procura, estamos a criar condições para que os imigrantes que vêm regularmente para Portugal possam encontrar soluções para a sua vida e para a concretização dos seus anseios. (B.I. n. 3, Dezembro de 2002, p.2)

Uma temática muito reforçada no *B.I.* pelo governo, é a crítica ao momento anterior onde houve uma entrada liberada de imigrantes e por isso a regulamentação se torna uma agenda desse governo. Existe um alerta nas palavras de Barroso “Trata-se de uma condição essencial para manter equilíbrio do tecido social” ou seja, Portugal não pode ficar aberto a qualquer tipo de imigrante, pois estes desequilibram a sociedade. Existe uma estratégia do governante que vai se repetir em muitos casos estudados de utilizar a comparação com a situação de países estrangeiros para minimizar a questão no país. Com isso o problema não é assumido e sim diminuído, reforçando a ideologia de que Portugal é um caso único ou diferente de toda a Europa.

Além dessa estratégia governamental de desvio de problema, ao comparar com os outros, existe ainda outra importante afirmação feita neste trecho do discurso, ao colocar a regulamentação dos fluxos como condição fundamental para integração, existe uma mensagem de que nem todos os imigrantes são bem-vindos. Pois existem imigrantes que não conseguem se integrar na sociedade portuguesa idealizado pelo governo de Durão Baroso.

Levantamos a hipótese de que a continuação do editorial deixa isso evidenciado no trecho “estamos a criar condições para que os imigrantes que vêm regularmente para Portugal possam encontrar soluções para a sua vida”, ou seja existe um padrão de aceitação de imigrantes para o país, em relação a esses o Estado esta se mobilizando para sua integração. Entretanto existe para outros tipos de imigrantes, que não vêm regularmente, uma negação a esses direitos, um completo abandono estatal, segundo sugerem as palavras do Primeiro-ministro.

Todos os outros editoriais foram assinados, como foi mencionado, pelos Altos Comissários que estavam no exercício da sua função na ocasião. Depois da análise de todos os editoriais publicados, faremos uma breve diferenciação entre as opiniões expressas por P. António Vaz Pinto S. J. e Rui Marques. Neste momento de apresentação do órgão estatal e das suas ações enquanto tal, faz-se necessário um aprofundamento sobre estes dois personagens importantes dentro desta estrutura.

O *Alto-comissário para Imigração e Minorias Éticas* Padre António Vaz Pinto, S. J., no primeiro editorial do *B.I.* Fez um texto com uma longa introdução, contando a história da sua vida e de como ela esta ligada a imigração e os imigrantes. Ao longo de trinta e um editoriais assinados por ele, podemos perceber que a sua condição de padre, influenciou alguns dos seus editoriais como por, ao evocar a festa do Natal nos editoriais de Dezembro ou então quando da morte do Papa João Paulo II, o título do editorial de Abril de 2005 foi: *João Paulo II* e sua conclusão utilizou essas palavras: "João Paulo II é também para nós, implicados na nobre causa da Imigração e das Minorias, uma luz e um exemplo".

A esta condição de padre católico, podemos também atribuir o estilo de muitos de seus textos cheios de figuras de linguagem e analogias, se assemelhando a homilia, momento na missa católica onde o padre

interpreta a passagem da bíblia e também muitas vezes comenta o cotidiano dos fiéis. Analisando os articulistas que contribuíram com a revista Boletim Informativo, seja como entrevistados ou como autores de textos, temos uma grande parcela deles ligados à Igreja Católica. Como a gráfico I demonstra, depois das Universidades quem teve maior espaço no *B.I.* foram as pessoas ligadas à Igreja Católica, o que reforça o quanto esta condição do Alto-comissário era importante.

Outra figura importante neste período foi Rui Marques, durante o mandato de Alto-comissário de P. António Vaz ele foi Alto-comissário Adjunto e após a troca de Governo foi nomeado pelo Primeiro-ministro José Sócrates, para o primeiro posto. Durante seu mandato assinou os editoriais, e não houve nenhuma vez no período estudado a participação de nenhum outro membro do governo, assinando textos, dentro do Boletim Informativo. Ao contrário do que aconteceu na presidência de Vaz, quando além de um editorial do Primeiro-ministro houve um seção assinada por um Secretário adjunto.

Destaca-se que na gestão do Partido Socialista, mesmo este partido tendo uma história envolvida nas questões dos imigrantes, não houve uma alteração na direção ou na política do *A.C.I.M.E.* Pois a nomeação de Rui Marques que tinha sido Secretário Adjunto, sugere que houve uma continuidade nas questões envolvendo o Alto Comissariado. Houve uma mudança significativa na alteração de *A.C.I.M.E.* para *Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural A.C.I.D.I.* esta sim marcou um novo momento no tratamento e mesmo na importância institucional do órgão dentro da organização estatal portuguesa, como já mencionamos.

Rui Marques no editorial de número 51 com o título *Portugal intercultural*, faz um balanço das ações feitas pelo Estado para os imigrantes, e explica sentido da palavra intercultural dessa forma:

“Mais do que uma coexistência pacífica de diferentes comunidades e indivíduos, o modelo intercultural afirma-se no cruzamento e miscigenação cultural, sem aniquilamentos, nem imposições. É uma dinâmica interactiva e relacional. Muito mais do que a simples aceitação do "outro" a verdadeira tolerância numa sociedade intercultural propõe o acolhimento do outro e transformação de ambos com esse encontro, decorrendo daí um novo "Nós". Sempre plural, mas também coeso.” (B.I., n.51 Agosto de 2007, p.2)

Esta nova maneira do Estado português abordar a questão da imigração, é muito significativa. Segundo autores como Sónia Pires, há neste momento uma troca da visão assimilacionista do PSD para uma visão mais integracionista praticada pelo governo do P.S. (2011, p.130) As alterações realizadas na Lei 23/2007, sobre a imigração, podem ser interpretadas como mais um passo do XVII Governo Constitucional neste sentido de política de governo sobre a imigração.

Uma mudança significativa na gestão de Rui Marques é o enfrentamento que este vai realizar contra os meios de comunicação, utilizando o *B.I.* para questionar e contra argumentar em relação a pautas e visões vinculadas na sociedade portuguesa. Dois exemplos são, os casos do “Arrastão de Carcavelos” e dos portugueses expulsos do Canadá. Em relação a Carcavelos, Rui Marques escreveu um duro editorial e ainda dentro do *B.I.*, outras matérias e colunas exploraram criticamente a grande repercussão, sobre este fato que mobilizou a sociedade portuguesa, e será analisado no terceiro capítulo, com mais detalhes.

Quando portugueses são expulsos do Canadá, o alto comissario chama atenção para as questões envolvendo o discurso dos nossos e os outros. E mais ainda, temos uma postura diferente por parte de Ruis Marques ao criticar a ação da Polícia e do S.E.F., demonstrando que não aprovava esta ação do governo. Anteriormente não havia este tipo de crítica, tanto P. António Vaz como Feliciano sempre elogiavam ou no máximo silenciavam quando existia uma ação ou política desenvolvida pelo Estado Português. Mas no texto a maior crítica como se pode notar abaixo:

“Final, que mal faziam estes portugueses à sociedade canadiana? Trabalhavam - ainda que para isso não tivessem autorização - e faziam a sua vida sem incomodarem ninguém... Ouve-se por aí: "como é que os canadianos se atrevem a fazer isto aos nossos?”

Simultaneamente, ocorriam em Portugal as maiores operações conhecidas de detecção de imigrantes irregulares. Numa só acção foram notificados para abandonar o país, 234 imigrantes brasileiros em situação irregular que se encontravam numa festa. Curiosamente, em nenhuma notícia - nenhuma, sublinho - era destacado que, nesse momento, se desfazia o sonho daqueles imigrantes que eram obrigados a abandonar o país, nem se tinham em conta o drama humano inerente. Parecia que estaríamos perante "coisas" e não pessoas. O tom da descrição era policial, com sublinhado do aparato usado e das aparentes razões de queixa dos comerciantes vizinhos. Surgiam expressões como "caça a ilegais" e "combate a ilegais". (B.I. n.38, Abril de 2006, p.2)

Existe neste editorial, uma série de elementos interessantes a serem analisados. A utilização da comparação entre os imigrantes portugueses e os imigrantes brasileiros, foi uma maneira a aproveitar a grande divulgação do acontecido no Canadá para sensibilizar os leitores. Esta construção textual de Rui Marques, foi extremamente elaborada - para acentuar a crítica a acção dos Mídias portuguesas e também de maneira sutil a acção truculenta do *S.E.F.* Este embate no espaço do editorial não existia na gestão do P. António Vaz.

Ainda em relação a opinião do governo expressa no *Boletim Informativo* tivemos durante vinte e duas edições uma coluna que se seguia ao editorial, chamada *Nacional*. Assinada pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência, Doutor Feliciano Barreiras Duarte. Neste espaço muitos temas foram abordados e devida a relevância do cargo exercido dentro da estrutura governamental portuguesa, podemos supor que estamos diante bem próximo do Primeiro-ministro. Tanto que após a derrota eleitoral do seu partido PSD de Durão Barroso em 2005, não houve mais a coluna nacional e nenhuma outra figura do governo que não o Alto Comissário escreveu no Boletim informativo.

Ao todo foram 22 artigos sobre os mais diversos temas, como se pode facilmente perceber no anexo II que consta os títulos de todos seus textos. A análise destes foi muito rica, pois pudemos perceber quais eram os temas mais recorrentes e caros, ao governo. Uma vez que Feliciano Duarte não fazia parte estrutura do *A.C.I.M.E.*, seu cargo na estrutura governamental portuguesa lhe permitia trabalhar em qualquer área do governo, mas segundo suas declarações ele foi a figura mais importante do governo no que trata a imigração.

Feliciano Duarte publicou o livro *Uma verdadeira política de imigração*, uma coletânea - de entrevistas, discursos e textos – focadas na sua atuação enquanto ocupante da pasta de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência. A publicação foi lançada em Janeiro de 2005, o que sugere devido ao período e ao forte apelo em suas páginas para a comparação entre os Governos do PSD e do PS, que seu objetivo era exclusivamente o debate eleitoral para o pleito de Fevereiro de 2005 visando construir o XVI Governo Constitucional.

Independente do sentido que o autor pretendeu com o livro, a obra é uma fonte histórica muito rica, pois além de contar com todos os textos da coluna *Nacional* possui outra série de textos e entrevistas e textos produzidos na grande imprensa apresentados de forma cronológica. A comparação e a valorização da atuação do governo do PSD contra o PS foi interessante pela franqueza e agressividade utilizada pelo autor. Por exemplo, na tentativa de menosprezar a criação do *A.C.I.D.E.*, pelo governo do Partido Socialista na gestão de Guterres, sobre a chefia do José Leitão. Como já foi referido, muitos estudiosos do assunto enxergam José Leitão como a figura mais política e mais importante quando se trata dos imigrantes. (FELDMAN, 2000, MALHEIROS 1996, HORTA, 2003) Entretanto na introdução Feliciano descreve dessa forma as realizações do antigo governo:

Teoricamente, existia um Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, nomeado pelo anterior Governo. Dele recebi, deixadas no edifício da Presidência do Conselho de Ministros, três folhas dactilografadas, antes de abandonar o cargo e de despedir todo o pessoal do seu gabinete, umas instalações abandonadas no Palácio da Foz, nos Restauradores, e o último andar num prédio das Finanças na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro com salas vazias, livros desactualizados. No rés-do-chão do Palácio da Foz, uma secretária velha e uma cadeira vazia que ostentava a placa «Alto Comissário para

Imigração e Minorias Éticas», e um horário de atendimento aos imigrantes, que ninguém se preocupava sequer em cancelar. (Duarte, 2005, p.12)

A disputa em torno da imigração, como podemos perceber pelo tom do trecho acima era algo de relevada importância. As posturas duras de Feliciano em relação aos adversários políticos, foram recorrentes ao longo da coluna *Nacional*. Talvez por essa postura firme não houve nenhum caso explícito de discordância entre os textos *Editorial* e *Nacional* num mesmo número. Possivelmente por estratégia política de João Vaz que enquanto editor final do *B.I.*, para não gerar atritos ou constrangimentos com as figuras de destaque do governo, fazia alterações para não repetir ou contrariar diretamente o que era enviado pelo Secretário de Estado Adjunto, que hierarquicamente no governo tinha uma posição maior do que a dele.

Como destacamos anteriormente os textos de Feliciano Duarte, podem ser interpretados como uma extensão direta do discurso do Primeiro-ministro Durão Barroso. A contenção dos imigrantes volta a ser o ponto mais importante, tal como no editorial escrito pelo Primeiro-ministro, durante várias intervenções essa questão foi destacada. Por exemplo, na edição seis de Março/Abril de 2003 em que Feliciano Duarte expressa no texto de título *No caminho certo*, ao comentar sobre a iniciativa da Presidência Aberta de Jorge Sampaio ele destaca:

“Importante nesta presidência aberta foi, no entanto, em nosso entender, a forte componente pedagógica que o Senhor Presidente da República entendeu dar ao seu discurso ao defender a necessidade de haver rigor e contenção na entrada de imigrantes.” (B.I. n.06, Março/Abril de 2003, p.3)

Esta afirmação passa também pela disputa da política interna no país, Jorge Sampaio foi presidente eleito pelo Partido Socialista, que como mencionamos esteve mais próximo das questões migratórias. A ressalva da atitude do presidente serve como alerta para que não existe tanta diferença entre a ação do seu PSD e do PS quando o assunto é a entrada de imigrantes. Controle de entrada e comparação com outros países, nos textos foi muito utilizada por Feliciano, ao longo dos seus 22 textos, como por exemplo: “A Holanda, que se tem colocado entre os primeiros países da Europa a receber imigrantes e pedidos de asilo, tornou mais difícil o reconhecimento de asilo, aumentou a idade mínima de casamento para os 18 anos e, entre outras medidas (...)” (B.I. n.05 Fevereiro de 2003, p.3)

Essa comparação com outros países da Europa, em relação a imigração foi uma habilidosa construção, realizada pelo Secretário que utilizou sempre a arma de falar dos outros países citando que em Portugal, as coisas são melhores que lá. Entretanto este discurso recorrente entra em contradição conforme o assunto como podemos perceber neste trecho em que depois de uma avaliação detalhada sobre atuação do governo em relação a imigração em 2003 e 2004 o autor conclui o texto da seguinte maneira:

“Importa agora, a nível do poder central, apostar no reforço da entidade política encarregue desta área, justificando-se que seja criado um ministério da Imigração, tal como já acontece em alguns países da União Europeia. É minha convicção de que o futuro das políticas de imigração passará, seguramente, por esta medida.” (B.I. n.25, Janeiro de 2005, p.3)

Aqui o interesse de pleitear a criação de um Ministério da imigração faz com que a situação dos países da União Europeia seja usada como exemplo a ser seguido. Ao comparar as declarações de Feliciano, percebemos que conforme seus interesses pessoais ou políticos, vai afinando o discurso de Portugal como referência na imigração de forma positiva ou por outro lado, pode usar os países estrangeiros como exemplo. Estas três figuras, os dois Altos Comissários P. António e Rui Marques e Feliciano Duarte, são interlocutores estatais muito importantes, para melhor compreender as propostas e ações estatais sobre a questão da imigração em Portugal.

Houve durante este período estudado uma grande contribuição deste órgão *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* para as questões envolvendo os imigrantes, mas enquanto estudo de ciências humanas, não se pode negligenciar interpretações positivas ou negativas sobre qualquer órgão Estatal. Esta análise do *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.* e do *B.I.* foi uma tentativa de definir melhor e entender este ator importante na vida dos imigrantes em Portugal,

durante o período proposto neste estudo. Infelizmente os estudos sobre a forma de atuação destes atores ainda são raros e os que existem são feitos em relação algumas questões específicas. Em função disso buscou-se historicizar a ação deste atores como forma de contribuir para o debate académico sobre o assunto. Existem muitos aspectos a serem estudados de maneira mais detalhadas sobre o *A.C.I.M.E./A.C.I.D.I.*

Fonte

Boletim Informativo números 1 – 55 de outubro de 2002 – dezembro de 2007.

Referências Bibliográficas:

António, José. e Policarpo, Verónica. (Coords.), (2012) *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses: manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Pires, Roberta, (2002), “Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.

Pires, Roberta, P, e PINHO, F. (2007), “Políticas de imigração em Portugal”, in José Leite Viegas, Helena Carreiras, e Andrés Malamud (orgs.), *Instituições e Política (Portugal no Contexto Europeu, vol. I)*, Lisboa, Celta Editora,

Rocha-Trindade, Maria, (2003), “As novas migrações em Portugal e Espanha (II)”, *In AA. VV., Janus 2003, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 12-13.